Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul
GAB. CONS. RONALDO CHADID

DECISÃO SINGULAR	:	**DSG-G.RC-4010/2013**
PROCESSO TC/MS	:	TC/24449/2012
PROTOCOLO	:	1319259
ÓRGÃO	:	FUNDO ESPECIAL PARA A INSTALAÇÃO, DESENV. E APERFEIÇOAMENTO DOS JUIZADOS ESP. CÍVEIS E CRIMINAIS.
ORDENADOR DE ESPESAS	:	DES. HILDEBRANDO COELHO NETO
CARGO DO ORDENADOR	:	EX-PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA/MS
ASSUNTO DO PROCESSO	:	CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 01.050/2012
RELATOR	:	CONS. RONALDO CHADID
CONTRATADO (A)	:	FRONTAL COMERCIAL LTDA. - EPP
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO	:	PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/12
OBJETO DA CONTRATAÇÃO	:	FORNECIMENTO DE VIDROS, ESPELHOS, PELÍCULAS DE CONTROLE SOLAR PARA VIDROS, FECHADURAS E MOLAS PARA PORTA DE VIDROS A SEREM UTILIZADOS NOS PRÉDIOS DO PODER JUDICIÁRIO, NA COMARCA DE CAMPO GRANDE/MS.
VALOR INICIAL DA CONTRATAÇÃO	:	R$ 41.074,00
VIGÊNCIA	:	26/04/12 A 31/12/12

CONTRATAÇÃO PÚBLICA. PROCEDIMENTO LICITATÓRIO E FORMALIZAÇÃO CONTRATUAL. ATENDIMENTO ÀS DETERMINAÇÕES INSERTAS NA LEI FEDERAL N. 8666/93, BEM COMO, NAS INSTRUÇÕES NORMATIVAS PERTINENTES. REGULARIDADE E LEGALIDADE.

Examina-se nestes autos o procedimento licitatório e a formalização do Contrato Administrativo nº. 01.050/2012, celebrado entre o **Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul** através do Fundo Especial para a instalação, desenvolvimento e aperfeiçoamento dos Juizados especiais Cíveis e Criminais e



a empresa **Frontal Comercial Ltda. EPP**, cujo objeto foi o fornecimento de vidros, espelhos, películas de controle solar para vidros, fechaduras e molas para portas de vidro a serem utilizados nos prédios do Poder Judiciário, na Comarca de Campo Grande/MS, no valor inicial de R$ 41.074,00.

A análise da equipe técnica (ANC – 5ICE – 83/2013 – Peça virtual nº 16) assinala que o processo licitatório e a formalização contratual se encontram em consonância com as normas de licitações e contratações públicas.

Submetido os autos ao crivo do Ministério Público de Contas (PAR – MPC – GAB. 1 DR. JAC/PG 4385/2013 – Peça virtual nº 19), o *parquet* emite Parecer pela regularidade e legalidade do procedimento licitatório e da formalização contratual, nos termos do artigo 311, inciso I e do artigo 312, inciso I do Regimento Interno do TC/MS.

É O RELATÓRIO.

DAS RAZÕES DE DECIDIR:

Compulsando os autos, verifica-se que o procedimento licitatório, realizado na modalidade Pregão Presencial, foi encaminhado a esta Corte de Contas com os documentos obrigatórios e indispensáveis previstos na Lei nº. 10.520/2002[1], bem como, no artigo 38 da Lei Federal nº. 8666/93[2], quais sejam:

[1] Institui, no âmbito da União, Estado, Distritos Federais e Municípios, nos termos do artigo 37, XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.

[2] Art. 38. O procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente:
I - edital ou convite e respectivos anexos, quando for o caso;
II - comprovante das publicações do edital resumido, na forma do art. 21 desta Lei, ou da entrega do convite;
III - ato de designação da comissão de licitação, do leiloeiro administrativo ou oficial, ou do responsável pelo convite;
IV - original das propostas e dos documentos que as instruírem;



edital do Pregão Presencial nº. 14/2012 e respectivos anexos (peça virtual nº 06); comprovante da publicação do edital (peça virtual nº 08); ato de designação do Pregoeiro e da equipe de apoio com a respectiva publicação (peça virtual nº 04); cópia das propostas e dos documentos que a instruem (peça virtual nº 09 e 10); atos, relatórios e deliberações da comissão julgadora (peça virtual nº 11); parecer jurídico emitido sobre a licitação (peça virtual nº 5); atos de adjudicação do objeto da licitação e de sua homologação (peça virtual nº 12); minuta de contrato (peça virtual nº 15).

Quanto ao prazo para encaminhamento dos documentos a esta Corte de Contas, verifica-se que o responsável observou o prazo previsto no artigo 1º, inciso I da IN/TC/MS nº. 34/2010[3]

No que tange à formalização do contrato, denota-se que seu instrumento fora devidamente lavrado na repartição interessada, qual seja, o Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, cumprindo dessa forma, à exigência prevista no Art. 60, *caput*[4], da Lei n.º 8.666/93.

Do mesmo modo estão regularmente presentes as demais cláusulas

---

V - atas, relatórios e deliberações da Comissão Julgadora;
VI - pareceres técnicos ou jurídicos emitidos sobre a licitação, dispensa ou inexigibilidade;
VII - atos de adjudicação do objeto da licitação e da sua homologação;
VIII - recursos eventualmente apresentados pelos licitantes e respectivas manifestações e decisões;
IX - despacho de anulação ou de revogação da licitação, quando for o caso, fundamentado circunstanciadamente;
X - termo de contrato ou instrumento equivalente, conforme o caso;
XI - outros comprovantes de publicações;
XII - demais documentos relativos à licitação.

[3] Art. 1º Os órgãos jurisdicionados remeterão ao Tribunal de Contas, obrigatoriamente, os documentos a seguir relacionados, nos respectivos prazos:
I – cópia dos contratos e outros instrumentos hábeis que o substituir previstos no artigo 62 da Lei nº 8.666/93 firmados, provenientes dos procedimentos licitatórios, dispensa ou inexigibilidade, no prazo de 15(quinze) dias úteis da publicação do extrato que, na data de sua formalização, sejam de valor igual ou superior ao limite estabelecidos nos incisos I e II do artigo 304 da Resolução Normativa nº 57, de 7 de junho de 2006, com modificações posteriores, bem como eventuais termos aditivos;

[4] Art. 60. Os contratos e seus aditamentos serão lavrados nas repartições interessadas, as quais manterão arquivo cronológico dos seus autógrafos e registro sistemático do seu extrato, salvo os relativos a direitos reais sobre imóveis, que se formalizam por instrumento lavrado em cartório de notas, de tudo juntando-se cópia no processo que lhe deu origem.



necessárias, exemplificativamente enumeradas no Art. 55[5] do diploma legal supramencionado, notadamente àquelas relativas à base legal para a contratação - parte preambular; ao objeto do contrato e seus elementos característicos - cláusula primeira; ao regime de execução, amparo legal, documentos aplicáveis - cláusula quinta; do valor e do prazo de vigência – cláusulas segunda e terceira; o crédito pelo qual correrá a despesa – cláusula quinta; assim como os direitos, obrigações das partes - cláusulas sexta e sétima; penalidades cabíveis e multa contratual pelo descumprimento das respectivas responsabilidades - cláusula nona; e hipóteses de rescisão contratual - cláusula oitava.

Quanto ao dever inerente à Administração Pública de providenciar a publicação do extrato do contrato em órgão de divulgação oficial, tal exigência foi cumprida em 17 de maio de 2012, conforme se verifica na peça virtual nº 08, às folhas nº 3 dos autos, portanto, em consonância com o prazo prescrito no parágrafo único do Art. 61 da Lei n.º 8.666/93, que prevê a publicação em até vinte dias, contados do quinto dia útil do mês seguinte ao da assinatura.

Por fim, em observância ao estatuído no artigo 60 da Lei nº. 4320/64[6], o Ordenador de Despesas procedeu à devida reserva orçamentária para a

---

[5] Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:
I - o objeto e seus elementos característicos;
II - o regime de execução ou a forma de fornecimento;
III - o preço e as condições de pagamento, os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;
IV - os prazos de início de etapas de execução, de conclusão, de entrega, de observação e de recebimento definitivo, conforme o caso;
V - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;
VI - as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas;
VII - os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas;
VIII - os casos de rescisão;
IX - o reconhecimento dos direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 desta Lei;
X - as condições de importação, a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso;
XI - a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor;
XII - a legislação aplicável à execução do contrato e especialmente aos casos omissos;
XIII - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

[6] Art. 60. É vedada a realização de despesa sem prévio empenho.



presente contratação, conforme se afere da Nota de Empenho constante nos autos na peça virtual nº 13.

Diante do exposto, com fundamento no artigo 311, inciso I c/c artigo 312, inciso I, todos da Resolução Normativa TC/MS n. 57/2006, e acolhendo o parecer do Ministério Público de Contas **DECIDO:**

I - Pela **REGULARIDADE E LEGALIDADE** do procedimento licitatório e da formalização do Contrato Administrativo n. 01.050/2012, celebrado entre o **Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul** através do Fundo Especial para a instalação, desenvolvimento e aperfeiçoamento dos Juizados especiais Cíveis e Criminais e a empresa **Frontal Comercial Ltda. EPP**;

II – Pela **REMESSA DOS AUTOS** ao Cartório, para que adote as providências necessárias com vistas à extinção do processo, conforme o trâmite disposto no artigo 4º da Orientação Técnica DGGM/PRES nº. 03/2012.

Publique-se.

Cumpra-se.

Campo Grande, 13 de maio de 2013.

Cons. Ronaldo Chadid
Relator

(NAFO)